

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *A Crítica*

Class.: *10*

Data: *05.02.90*

Pg.: _____

"INVENÇÃO DOS EUROPEUS"

4468

Saulo rechaça denúncia de genocídio yanomami

O ministro da Justiça, Saulo Ramos, classificou de "cretina" a denúncia, de que os índios Yanomamis estão ameaçados de genocídio, feita pelas Organizações Não Governamentais (ONG), em Paris. "Não existe e nem existirá genocídio. Nossos índios estão vivos porque o Brasil os conservou", disse o ministro que esteve sábado com o comandante do Comando Militar da Amazônia (CMA), general Antenor de Santa Cruz Abreu, para pedir apoio logístico e acertar a continuação da retirada de garimpeiros da área indígena.

Segundo ele, a operação de retirada nos garimpos só foi interrompida por causa das fortes chuvas que castigam a região, tornando as pistas imprestáveis até para vôos de helicóptero — transporte utilizado para remoção dos garimpeiros. "Não há essa manifestação contra a saída dos garimpeiros das reservas Yanomamis, como vem sendo noticiado nos jornais. Se tivermos cinco dias sem chuvas, poderemos fazer a remoção total".

Acompanhado do superintendente da Polícia Federal, delegado Romeu Tuma, o ministro da Justiça foi ao ga-



José Tiago

Ministro Saulo Ramos

rimpo "Baiano Formiga", região leste de Roraima, a 15 minutos de avião, levar alimentos, onde constatou a existência de 178 garimpeiros doentes, a maioria com malária.

O descontentamento das lideranças garimpeiras em relação aos 100 mil hectares, que formam o garimpo Santa Rosa-Ururicae, demarcados pelo governo, foi rechaçado pelo ministro: "Acho que deve estar havendo um de-

sencontro de informação. A área foi demarcada sob a orientação de quem entende de garimpo, ou seja, pelos próprios garimpeiros".

A transferência dos garimpeiros, acrescenta, "será até um benefício para estes homens que vivem em regime de escravidão". Lembrando que a mineração é garantida pela Constituição, Saulo Ramos argumentou que a demarcação só não pode ser feita em áreas urbanas, como Copacabana (Rio). Essa já pertence aos trombadinhas".

A demora pela demarcação de mais duas áreas prometidas pelo ministro foi atribuída as dificuldades sentidas com a área técnica. "Estes profissionais são muito complicados", concluiu.

"O genocídio é uma invenção dos europeus, com intuito de internacionalizar a região, conhecidas por suas riquezas", falou o ministro, confessando-se admirado em saber que a denúncia parte da Europa, "conhecida pelas práticas do nazismo e pelas mazelas do regime comunistas". O governo brasileiro, garantiu, não vai aceitar nenhum comentário do tipo.

General garante uma saída pacífica

O comandante militar da Amazônia, general Antenor de Santa Cruz Abreu, disse que os garimpeiros que estão na reserva indígena Yanomami sairão pacificamente da região. Durante a reunião de duas horas com o ministro da Justiça, Saulo Ramos, o procurador-geral da República, Aristides Junqueira Alvarenga, o comandante militar da Aeronáutica, brigadeiro Antônio Carlos Leomil, e o delegado Romeu Tuma, diretor da Polícia Federal, o comandante defendeu o compromisso feito pelo governo no primeiro acordo firmado com lideranças dos garimpeiros, segundo o qual eles deixaram a reserva indígena, e ganharam as áreas de Ururikaé, Santa Rosa, Ururiquera e Catrimani para explorar o ouro.

Saulo Ramos informou ao Exército que o acordo está mantido. Para o general Santa Cruz, o governo não deve fixar data rígidas



Gal. Santa Cruz de Abreu

para o término da saída dos garimpeiros da reserva Yanomami, porque eles sairão espontaneamente, assim que tiverem outras áreas para trabalhar. O resultado da visita de Saulo Ramos a Roraima foi um acordo que autoriza os garimpeiros a permanecerem na floresta nacional por mais 60 dias. Depois desse prazo, será estudada novamente a situação.

O Exército entende que os garimpeiros tem função importante na ocupação da região amazônica e também na economia da região. "A produção do garimpo não pode ser desprezada", afirmou Santa Cruz. Ele condenou o "exagero interesse e histeria internacional para proteção do índio e da Amazônia". "Se cria um exagero em torno da questão com o objetivo de dizer ao mundo que o Brasil não tem condição de proteger o índio e a Amazônia", comentou.